

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 512/2018-PGJ, DE 2.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a escala de atuação dos Promotores de Justiça nas audiências de custódia na comarca de Corumbá, referente ao mês de fevereiro de 2018, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 33/2015-PGJ, de 16.10.2015, conforme segue:

DIA	PROMOTOR DE JUSTIÇA
1º.2.2018	Marcos Martins de Brito
2.2.2018	Ludmila de Paula Castro Silva
3.2.2018	Ludmila de Paula Castro Silva
4.2.2018	Ludmila de Paula Castro Silva
5.2.2018	Luciano Bordignon Conte
6.2.2018	Luciano Bordignon Conte
7.2.2018	Anthony Allison Brandão Santos
8.2.2018	Anthony Allison Brandão Santos
9.2.2018	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
10.2.2018	Marcos Martins de Brito
11.2.2018	Marcos Martins de Brito
12.2.2018	Marcos Martins de Brito
13.2.2018	Marcos Martins de Brito
14.2.2018	Marcos Martins de Brito
15.2.2018	Anthony Allison Brandão Santos
16.2.2018	Rodrigo Correa Amaro
17.2.2018	Marcos Martins de Brito
18.2.2018	Marcos Martins de Brito
19.2.2018	Marcos Martins de Brito
20.2.2018	Marcos Martins de Brito
21.2.2018	Anthony Allison Brandão Santos
22.2.2018	Marcos Martins de Brito
23.2.2018	Rodrigo Correa Amaro
24.2.2018	Ludmila de Paula Castro Silva
25.2.2018	Ludmila de Paula Castro Silva
26.2.2018	Ludmila de Paula Castro Silva
27.2.2018	Marcos Martins de Brito
28.2.2018	Marcos Martins de Brito

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 585/2018-PGJ, DE 8.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 009/2018-PGJ, de 8.1.2018, publicada no DOMP nº 1651, de 11.1.2018, que estabeleceu a escala de atuação dos Promotores de Justiça nas audiências de custódia na comarca de Corumbá, referente ao mês de janeiro de 2018:

Na parte onde consta:

DIA	PROMOTOR DE JUSTIÇA
26.1.2018	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina

Passe a constar:

DIA	PROMOTOR DE JUSTIÇA
26.1.2018	Luciano Bordignon Conte

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 586/2018-PGJ, DE 8.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de fevereiro de 2018, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
3 e 4.2.2018	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040
10 a 14.2.2018	1ª PJ de Fátima do Sul	Romão Avila Milhan Junior	99941-7123
17 e 18.2.2018	2ª PJ de Fátima do Sul	Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	98478-2315
24 e 25.2.2018	PJ de Glória de Dourados	Andréa de Souza Resende	99933-8637
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
3 e 4.2.2018	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
10 a 14.2.2018	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
17 e 18.2.2018	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
24 e 25.2.2018	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
3 e 4.2.2018	PJ de Batayporã	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568
10 a 14.2.2018	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
17 e 18.2.2018	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
24 e 25.2.2018	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
3 e 4.2.2018	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
10 a 14.2.2018	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
17 e 18.2.2018	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
24 e 25.2.2018	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
3 e 4.2.2018	PJ de Eldorado	Felipe Almeida Marques	99312-6009
10 a 14.2.2018	PJ de Mundo Novo	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
17 e 18.2.2018	PJ de Iguaatemi	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
24 e 25.2.2018	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
3 e 4.2.2018	1ª PJ de Naviraí	Paulo da G. Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
10 a 14.2.2018	PJ de Itaquiraí	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077 99604-4055
17 e 18.2.2018	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana P.F. Berto de Almada	98121-1881
24 e 25.2.2018	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963 0050

REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ			
3 e 4.2.2018	5ª PJ de Ponta Porã	Magno Oliveira João	99825-7430
10 a 14.2.2018	1ª PJ de Ponta Porã	Gabriel da Costa Rodrigues Alves	98108-2131
17 e 18.2.2018	2ª PJ de Ponta Porã	Patricia Icassati Almirão	99985-9192
24 e 25.2.2018	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ			
2 a 4.2.2018	7ª PJ	Ludmila de Paula Castro Silva	99825-0675
10 a 14.2.2018	6ª PJ	Marcos Martins de Brito	99825-0713
17 e 18.2.2018	6ª PJ	Marcos Martins de Brito	99825-0713
24 e 25.2.2018	7ª PJ	Ludmila de Paula Castro Silva	99825-0675
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
3 e 4.2.2018	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99312-5798
10 a 14.2.2018	PJ Anastácio	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99933-2073
17 e 18.2.2018	1ª PJ de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	99244-7079
24 e 25.2.2018	3ª PJ de Aquidauana	Antenor Ferreira de Rezende Neto	99958-4545
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
3 e 4.2.2018	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Buckner	99922-8507
10 a 14.2.2018	PJ de Sonora	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965
17 e 18.2.2018	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533
24 e 25.2.2018	3ª PJ de Coxim	Rodrigo Cintra Franco	98478-2044
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
3 e 4.2.2018	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
10 a 14.2.2018	1ª PJ de Cassilândia	Pedro de Oliveira Magalhães	99933-1249
17 e 18.2.2018	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99825-0975
24 e 25.2.2018	2ª PJ de Costa Rica	Bolivar Luis da Costa Vieira	98478-2340
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
3 e 4.2.2018	2ª PJ de Inocência	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
10 a 14.2.2018	2ª PJ de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
17 e 18.2.2018	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
24 e 25.2.2018	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
3 e 4.2.2018	PJ de Água Clara	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99262-5572
10 a 14.2.2018	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
17 e 18.2.2018	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
24 e 25.2.2018	1ª PJ de Bataguassu	Wilson Canci Junior	98125-4950
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
3 e 4.2.2018	1ª PJ de Camapuã	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
10 a 14.2.2018	1ª São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	98478-2038
17 e 18.2.2018	1ª PJ de Camapuã	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
24 e 25.2.2018	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
REGIÃO 15 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
3 e 4.2.2018	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
10 a 14.2.2018	1ª PJ de Bonito	João Meneghini Girelli	99691-2601
17 e 18.2.2018	PJ de Bela Vista	William Marra Silva Junior	98462-9239
24 e 25.2.2018	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 602/2018-PGJ, DE 9.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 15.2.2018, a Portaria nº 3522/2017-PGJ, de 16.10.2017, que designou o Promotor de Justiça Substituto Anthony Allison Brandão Santos, para atuar nos procedimentos e audiências extrajudiciais da Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 603/2018-PGJ, DE 9.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de São Gabriel do Oeste, Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso, no dia 22.2.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 596/2018-PGJ, DE 9.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Renato Boggi Rodrigues e Kelly Cristina Mengual Vieira, ocupantes do cargo em comissão de Chefe de Departamento, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Técnica para Elaboração e Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 597/2018-PGJ, DE 9.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Elias Vitorino Filho, Chefe da Divisão de Transportes, Lygia Mara Rosa da Silva Moraes, Técnico I/Administrativo, e Marcelino José Siebert, Auxiliar/Motorista, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Padronização da Frota de Veículos Automotores do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 513/2018-PGJ, DE 2.2.2018**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pelo servidor Albert Einstein Lino de Araújo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, conforme segue: 9 (nove) meses e 17 (dezessete) dias de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, sendo: 3 (três) meses, de serviços prestados ao empregador Sergraph Gráfica e Editora Ltda., no período de 1º.6 a 31.8.1995; 6 (seis) meses e 17 (dezessete) dias, de serviços prestados ao empregador Gráfica e Editora Pontual Ltda.-ME, no período de 13.5 a 29.11.1996, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (com as alterações advindas da Lei nº 2.157, de 26.10.2000), e, ainda, dos artigos 79 e 80, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Processo PGJ/10/0049/2018).

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 539/2018-PGJ, DE 6.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pela servidora Daniela Saab Nogueira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, no total de 1 (um) ano, 9 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias de contribuição ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no período de 29.1.2014 a 16.11.2015, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, bem como do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (com as alterações advindas da Lei nº 2.157, de 26.10.2000), e, ainda, dos artigos 79 e 80, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Processo PGJ/10/0830/2016).

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 598/2018-PGJ, DE 9.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Rafael Rodrigues Sampaio, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 23.1 a 6.2.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 599/2018-PGJ, DE 9.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Roberto da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Corregedoria-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços para a Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti, nos trabalhos de digitalização dos procedimentos físicos da referida Comarca, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 600/2018-PGJ, DE 9.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gerson Estevam da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 12 a 31.3.2018, em razão de férias da servidora *Janaina Bárbara dos Santos Oliveira*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 601/2018-PGJ, DE 9.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Nádia de Moura Mattos, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Administração, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Administração, nos dias 15 a 26.2.2018, em razão de férias do titular, *Murilo Rolim Neto*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

1. Expedientes:**1.1. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo:****1.1.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000947-5.

2. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000059-9.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000697-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001008-2.

4. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001308-3.

5. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000360-0.
- Inquérito Civil nº 10/2014.
- Inquérito Civil nº 19/2014.
- Inquérito Civil nº 13/2015.
- Inquérito Civil nº 13/2014.
- Inquérito Civil nº 12/2014.

6. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000276-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001222-5.

7. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001226-2.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000097-3.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001575-5.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000019-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001137-4.

10. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001901-1.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001061-0.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 1/2015.
- Inquérito Civil nº 7/2016.
- Inquérito Civil nº 6/2016.
- Inquérito Civil nº 6/2015.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 11/2016.
- Inquérito Civil nº 30/2013.
- Inquérito Civil nº 3/2017.
- Inquérito Civil nº 1/2017.
- Inquérito Civil nº 1/2016.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento administrativo:

- Procedimento Administrativo nº 50/2016.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 68/2015.
- Inquérito Civil nº 69/2015.

1.1.2. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001473-4.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 44/2015.

2. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000055-5.

3. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001086-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001330-2.

4. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000889-8.

5. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000279-0.

6. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001954-4.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001551-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001560-0.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000365-5.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001180-8.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001063-1.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001219-5.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000033-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000998-0.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001241-8.
- Inquérito Civil nº 7/2016.
- Inquérito Civil nº 15/2016.
- Inquérito Civil nº 18/2016.

14. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 25/2013.
- Inquérito Civil nº 7/2014.
- Inquérito Civil nº 1/2015.

15. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 2/2014.
- Inquérito Civil nº 37/2014.
- Inquérito Civil nº 38/2014.
- Inquérito Civil nº 39/2014.
- Inquérito Civil nº 40/2014.
- Inquérito Civil nº 58/2015.

16. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 55/2014.

17. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 1/2012.
- Inquérito Civil nº 7/2014.
- Inquérito Civil nº 12/2014.

1.1.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000671-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000689-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000696-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000698-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000702-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000845-8.

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000870-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000871-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000885-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000889-1.
- Inquérito Civil nº 19/2016.
- Inquérito Civil nº 21/2016.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 7/2016.
- Inquérito Civil nº 2/2015.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000234-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000985-7.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001688-0.

5. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001174-1.

6. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001058-6.

7. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000209-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000623-4.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000150-2.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000295-6.

8. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000846-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000014-0.

9. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000908-0.

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001331-7.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001458-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000903-1.

10. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000685-6.

11. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001029-7.

12. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001598-1.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001628-0.

13. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000158-0.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000996-8.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001610-3.

15. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000146-8.

16. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001100-8.
- Inquérito Civil nº 3/2015.
- Inquérito Civil nº 8/2015.
- Inquérito Civil nº 11/2015.

17. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001095-3.

18. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000566-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000609-0.

19. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001181-9.

20. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001307-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001190-8.

21. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001161-5.

22. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 7/2015.
- Inquérito Civil nº 11/2016.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 4/2014.
- Inquérito Civil nº 9/2014.
- Inquérito Civil nº 10/2014.
- Inquérito Civil nº 6/2015.
- Inquérito Civil nº 14/2015.
- Inquérito Civil nº 28/2015.
- Inquérito Civil nº 6/2016.
- Inquérito Civil nº 7/2016.
- Inquérito Civil nº 9/2016.
- Inquérito Civil nº 23/2016.

1.1.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 23/2014.
- Inquérito Civil nº 26/2015.
- Inquérito Civil nº 28/2015.

2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 81/2014.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 34/2011.
- Inquérito Civil nº 18/2012.
- Inquérito Civil nº 8/2013.
- Inquérito Civil nº 35/2013.
- Inquérito Civil nº 1/2014.
- Inquérito Civil nº 39/2014.
- Inquérito Civil nº 68/2014.
- Inquérito Civil nº 80/2014.
- Inquérito Civil nº 105/2014.
- Inquérito Civil nº 113/2014.
- Inquérito Civil nº 116/2014.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 31/2016.
- Inquérito Civil nº 33/2016.

1.1.5. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 1/2007.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 10/2013.
- Inquérito Civil nº 7/2015.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 3/2012.

- Inquérito Civil nº 6/2014.
- Inquérito Civil nº 11/2014.
- Inquérito Civil nº 12/2014.
- Inquérito Civil nº 22/2014.
- Inquérito Civil nº 9/2016.
- Inquérito Civil nº 10/2016.
- Inquérito Civil nº 1/2015.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 1/2015.
- Inquérito Civil nº 2/2016.
- Inquérito Civil nº 3/2016.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 12/2016.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 41/2016.
- Inquérito Civil nº 42/2016.
- Inquérito Civil nº 44/2016.

7. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000201-2.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001549-9.

9. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000268-9.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000633-8.

Adiado o julgamento para esta sessão, a pedido do Relator.

1.1.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000205-6.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000200-1.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000207-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000670-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001472-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001684-7.

2. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.0000083-3.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0000963-5.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.0000379-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.0000575-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.0000771-1.

4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000762-2.

5. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000884-7.

6. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000845-4.

7. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001371-3.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000686-0.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001097-5.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001258-4.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000945-7.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001369-0.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 4/2007.
- Inquérito Civil nº 1/2012.
- Inquérito Civil nº 24/2012.
- Inquérito Civil nº 2/2013.
- Inquérito Civil nº 13/2013.
- Inquérito Civil nº 26/2013.
- Inquérito Civil nº 29/2013.
- Inquérito Civil nº 1/2014.
- Inquérito Civil nº 16/2014.
- Inquérito Civil nº 4/2015.

- Inquérito Civil nº 13/2016.
- Inquérito Civil nº 14/2016.
- Inquérito Civil nº 15/2016.
- Inquérito Civil nº 16/2016.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 1/2015.

15. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000419-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000416-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000442-5.

1.1.7. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 1/2016.
- Inquérito Civil nº 12/2016.
- Inquérito Civil nº 13/2016.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 5/2011.
- Inquérito Civil nº 15/2012.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 5/2016.
- Inquérito Civil nº 6/2016.
- Inquérito Civil nº 2/2017.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 17/2016.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 1/2011.
- Inquérito Civil nº 1/2015.
- Inquérito Civil nº 3/2015.
- Inquérito Civil nº 26/2015.
- Inquérito Civil nº 1/2017.
- Inquérito Civil nº 2/2017.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 4/2014.
- Inquérito Civil nº 6/2015.
- Inquérito Civil nº 2/2016.

1.1.8. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000495-8.

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000398-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000225-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001079-3.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000881-4.

2. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0001742-4.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.0001465-0.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000390-8.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000537-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001149-6.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000383-0.

4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001222-9.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000860-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001481-2.

5. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001002-7.

6. Procuradoria-Geral de Justiça:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000109-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001442-3.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0000816-9.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 7/2013.

8. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001073-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000909-0.
- Inquérito Civil nº 2/2016.
- Inquérito Civil nº 41/2011.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.0000896-9.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 6/2015.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0001026-4.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000725-5.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000036-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001357-9.

13. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001122-0.

14. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 3/2013.

15. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000665-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000496-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001512-2.

16. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000912-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000939-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000530-2.

17. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000028-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000750-0.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000072-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000916-8.

19. Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.0001406-0.

20. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000053-0.
- Inquérito Civil nº 48/2014.

21. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001337-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000026-6.

22. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000731-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000833-6.
- Inquérito Civil nº 14/2016.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001409-0.
- Inquérito Civil nº 3/2014.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.0000986-8.

25. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001192-0.

26. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 20/2011.

27. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 4/2015.

28. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 12/2016.

29. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 4/2015.

30. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 22/2016.
- Inquérito Civil nº 26/2016.

31. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 8/2016.

1.1.9. CONSELHEIRA HELTON FONSECA BERNARDES:**1. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000884-3.

2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000156-8.

3. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001789-0.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000054-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000751-1.

4. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000905-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001414-9.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001090-5.

5. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001167-0.

6. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000756-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001127-4.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000872-5.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000402-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001011-6.

9. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000252-7.

10. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001482-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001481-6.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000460-3.
- Inquérito Civil nº 11/2014.
- Inquérito Civil nº 17/2013.
- Inquérito Civil nº 18/2013.
- Inquérito Civil nº 19/2013.
- Inquérito Civil nº 24/2013.
- Inquérito Civil nº 32/2014.
- Inquérito Civil nº 36/2014.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000681-6.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001098-6.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 32/2016.
- Inquérito Civil nº 41/2016.

14. 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 2/2011.

15. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 13/2015.
- Inquérito Civil nº 52/2013.

16. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 10/2015.
- Inquérito Civil nº 11/2015.

1.2. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENCAMINHADO AO CONSELHO:**1.2.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00000894-7. Compromissário: VT Brasil Administração e Participação Ltda.

Retirado de pauta na reunião do dia 6.2.2018, por ausência justificada do Relator.

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Expediente:**

1. Ofício nº 0020/2018/43PJ/CGR, de 29.1.2018, o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida, em cumprimento ao disposto no art. 8º, inc. II, da Resolução 001/2016/CSMP, encaminha “Certidão de Conclusão de Curso”, referente ao curso de pós-graduação *strictu sensus* mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000862-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de possível ato de improbidade administrativa em irregularidade na utilização de veículo oficial da APAE por particulares.

2. Procedimento Preparatório 06.2017.00001681-4

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de profissional de setor artístico para apresentação no Aniversário do Município de Corumbá, no dia 21 de setembro de 2017, em violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2017.00009858-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Representante: Milton Falluh Rodrigues

Representado: Município de Corumbá

Assunto: Oficiar ao Município de Corumbá/MS para que, através do setor competente, empreenda diligências e adote as medidas cabíveis e que se fizerem necessárias, para fins de pavimentação/lajotamento e drenagem da parte sul da Praça Modesto dos Santos, situada defronte ao Aeroporto Internacional de Corumbá, além da possibilidade de sua ampliação para fins de estacionamento, medidas que proporcionarão benefícios de ordem habitacional e urbanística aos proprietários/moradores da região.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00001307-9

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada no âmbito da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande AGEREG no que diz respeito ao aumento de despesas com pessoal no período de 2013 à 2014 e, também, quanto à delegação da atribuição de fiscalização dos serviços objeto do Contrato de Concessão nº 332/2012, que passou para responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação - SEINTRHA.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000928-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta existência de parentesco de Felipe Engers de Oliveira, servidor comissionado da Câmara Municipal de Campo Grande, e genro do então vereador Mário César.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000764-4

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande e Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande SESA

Assunto: Apurar a continuidade da prestação dos serviços de saúde pela Central Estadual de Regulação - CERA durante o período de greve dos médicos municipais ocorrida entre os dias 06 de junho de 2016 e 16 de junho de 2016.

7. Inquérito Civil: 06.2016.00001336-8

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Aquidauana

Requerentes: Lafayete Carvalho Bastos e Livia Aparecida Pinheiro Bastos

Requerida: Secretaria Municipal de Educação de Aquidauana

Assunto: Apurar denúncia de que o sistema educacional do município não oferece atendimento especializado aos alunos surdos e com deficiência auditiva.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00000352-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar o dano ambiental causado pela supressão de vegetação e queimada no lote 535 do assentamento Teijin, nesta cidade de Nova Andradina.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00000659-3

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município Anaurilândia

Assunto: Apurar eventual funcionamento irregular das UBS's, a ausência de medicamentos, bem como o descumprimento de carga horária por médicos e dentistas contratados pelo Município de Anaurilândia e que prestam serviços nas respectivas unidades.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000747-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital São Vicente de Paulo

Assunto: Analisar suposta falta de médico na emergência do Hospital São Vicente de Paulo, localizado no município de Bela Vista.

11. Inquérito Civil n. 06.2017.00001485-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual intenção da instalação de nova usina de asfalto na cidade de Três Lagoas, para participar e vencer certames no Município, com envolvimento de agentes públicos.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001350-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia apócrifa sobre possível ato de improbidade administrativa consistente na autorização e no pagamento de boleto bancário “falso/frio” emitido pela empresa “R.C. Alcântara Negrini Madeiras-ME”, pelo Município de Ivinhema/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001750-2

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual irregularidade no número de vagas abertas com concurso para o cargo de Gestor de Atividades Gerais de Trânsito, no âmbito do DETRAN/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000093-0

11ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar notícia indicativa de problemas de infraestrutura e manutenção da via pública de acesso ao Distrito Industrial do Município de Dourados/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00001402-3

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação de Moradores do Conj. Habitação Arnaldo Estevão de Figueiredo II.

Assunto: Apurar denúncia de irregularidade no emprego de recursos recebidos pela Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Arnaldo Estevão de Figueiredo II, por meio de convênios firmados com o Município de Campo Grande.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000692-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas pelo Diretor do

Estabelecimento Penal de Paranaíba, consubstanciada no descumprimento de despacho judicial que determinou a progressão do regime de cumprimento de pena do preso Gilmar Alves da Silva, bem como na utilização de mão de obra de presos em regime fechado para interesse pessoal

6. Procedimento Preparatório nº 06.2017.0000821-4

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual negligência dos profissionais de saúde da rede pública do Município de Bandeirantes/MS para com os usuários dos serviços de saúde, conforme noticiado pela declarante L.M.M.H.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001003-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação, sem licitação, da empresa de publicidade Rádio FM Eldorado pelo Município de Eldorado.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001203-0

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Coletar maiores subsídios para tomada de decisão sobre a necessidade de instauração de Inquérito Civil, a propositura de Ação Civil Pública ou o arquivamento da representação sobre possíveis irregularidades das verbas rescisórias pagas a Lucinéia Moreira Barreto.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00001354-0

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar a notícia de que o Hospital Municipal de Naviraí estaria deixando de garantir às parturientes o direito de ter 01 (um) acompanhante durante o período de trabalho de parto, pré-parto e pós-parto imediato, tal como é garantido pelo artigo 19-J da Lei nº 8080/90.

10. Inquérito Civil nº 60/2014

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ibioporã Participações e Agropecuária Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade das áreas de reserva legal e de preservação permanente, o uso e manejo adequado do solo, bem como investigar a existência de barragem ou qualquer atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental no imóvel rural denominado Fazenda Recreio, localizado em Ponta Porã/MS.

11. Inquérito Civil nº 23/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Furna (Ana Molina)

Assunto: Apurar notícia de extração irregular de madeira na fazenda Furna, bem como o acesso dos bovinos da referida propriedade ao rio Jauru, ocasionando o assoreamento do mesmo.

12. Inquérito Civil nº 8/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Felipe Autopeças, Heveresth Rocha Silva, Joaquim de Sá Martins, Metalúrgica Rio Sul, município de Coxim, Retificadora Coxim, Ricci Maquinas, Rodrigo Sozzo de Carvalho, Xiru Baterias e Pita Auto elétrica

Assunto: Apurar a regularidade das contratações realizadas com os requeridos, por meio dos contratos administrativos nºs 036; 037; 038; 039; 090; 126; 127; 128; 129; 130 e 131/2012, todos visando a prestação de serviços mecânicos e elétricos relativos à manutenção corretiva e preventiva de veículos e maquinários integrantes da frota oficial das Secretarias do Município de Coxim e/ou o fornecimento de pneus, câmaras e acessórios, assim como se houve a efetiva execução dos serviços pagos, identificando eventuais atos de improbidade administrativa.

13. Inquérito Civil nº 4/2017

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Leo Luiz Grison e o município São Gabriel do Oeste

Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento da Chácara 02, Quadra 03, com área total de 14.700,00 m², do Loteamento Santa Luzia I, objeto de matrícula nº 6.997 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica.

14. Inquérito Civil nº 15/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente da exploração sem autorização ambiental de 82 (oitenta e dois) árvores nativas da espécie Angico, Farinha Seca e Bocaiúva, na fazenda Floresta Negra, em Sete Quedas/MS.

15. Procedimento Preparatório nº 3/2016

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Juti/MS

Assunto: Apurar eventual utilização de ônibus no transporte público de Juti/MS em péssimas condições de uso.

16. Inquérito Civil nº 7/2012

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Alcínópolis

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Contrato nº 034/2012, celebrado com a empresa Resende Castro e Castro Ltda.-ME, para coleta de lixo e limpeza urbana no município de Alcínópolis/MS.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 3/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade no reajuste do subsídio e na criação do pagamento de 13º salário aos Vereadores da Câmara do Município de Angélica/MS.

2. Inquérito Civil nº 1/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Caarapó/MS, representado por seu Prefeito Mário Valério

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei Complementar Municipal nº 56/2014, no tocante ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços-ISS e da taxa para a expedição do habita-se.

3. Inquérito Civil nº 31/2012

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bandeirantes (Escola Patotinha)

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no cumprimento das normas referentes à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência pela Escola Municipal Patotinha.

4. Inquérito Civil nº 2/2016

7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Requerentes: Ministério Público Estadual e Ides Ramos Queiroz

Requeridos: Elektro Eletricidade e Serviços S.A., e o município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fornecimento de energia elétrica pela Empresa Elektro S.A aos moradores do Assentamento Palmeiras, no Distrito de Arapuá, em Três Lagoas/MS.

5. Inquérito Civil nº 17/2012

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Medianeira Dourados Transporte Ltda., e o município de Dourados

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na empresa Medianeira Dourados Transporte Ltda., bem como na continuidade do contrato de prestação de serviços desta empresa com o município de Dourados.

6. Inquérito Civil nº 5/2016

7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital CASSEMS

Assunto: Apurar eventual prática médica ilícita, submetendo-se pacientes a procedimentos médicos desnecessários.

7. Inquérito Civil nº 2/2015

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação de Saúde Pública do município de São Gabriel do Oeste - FUNSAUDE

Assunto: Apurar representação noticiando suposta irregularidade e descumprimento da legislação pertinente às rotinas hospitalares dos profissionais de enfermagem do Hospital Municipal José Valdir Antunes de Oliveira.

8. Inquérito Civil nº 69/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Parque municipal Assaf Trad, uma vez que o mesmo teria sido inaugurado, porém estaria com os portões fechados com cadeados, impedindo o acesso ao mesmo pela população.

9. Inquérito Civil nº 32/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito/MS

Assunto: Apurar eventual ofensa ao patrimônio público e social em razão de supostas irregularidades na execução do contrato com a empresa Trivale Administração Ltda.

10. Inquérito Civil nº 21/2011

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul/MS

Assunto: Apurar a omissão do poder público municipal em estruturar o serviço de vigilância epidemiológica em Nova Alvorada do Sul, com especial destaque para implantação de um centro local de controle de *zoonoses*.

11. Inquérito Civil nº 1/2009

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de empresas de limpeza pública junto à Prefeitura Municipal de Coxim.

12. Inquérito Civil nº 06.2015.00000065-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do desmatamento constatado pela Polícia Militar Ambiental na Fazenda São Sebastião, Lote 05, no Município de Sonora/MS.

13. Inquérito Civil nº 06.2016.00000357-0

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e das Entidades Interesse Social Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carla Alexandra Rodrigues

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por Carla Rodrigues, a qual estaria exercendo função de Coordenadora

Pedagógica no Instituto Maná do Céu para os Povos, mediante utilização de diplomas e certificados falsos.

14. Inquérito Civil nº 06.2016.00000556-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposta irregularidade no acúmulo de cargos públicos.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000829-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no provimento de cargos de professor de Educação Física na rede municipal de ensino de Jaraguari/MS.

16. Inquérito Civil nº 06.2017.00000887-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade no processo licitatório n.º 3, processo n.º 19, que visa contratar sistemas para atender o setor contábil, pessoal, licitação, e tesouraria, uma vez que já existe contrato com esse mesmo objeto no âmbito da prefeitura municipal.

17. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000987-9

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução contratual, consistente no pagamento antecipado pelo Município de Corumbá à empresa "KARBECK SEGURANÇA LTDA".

18. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001451-62ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Vila Lopes Neto

Assunto: Apurar edificação em área de preservação permanente.

19. Inquérito Civil nº 06.2017.00001510-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental da área de preservação permanente da nascente do Rio Verde localizada na Fazenda Santa Luzia.

20. Inquérito Civil nº 06.2017.00001673-6

GACEP – Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Companhia Independente de Polícia Militar de Guarda e Escolta de Mato

Grosso do Sul - CIPMGdaE, com desrespeito a protocolo de segurança e carga horária excessiva.

2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000026-2

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: Campo Grande Instalações Hidráulicas e Elétricas Ltda. EPP e Câmara Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da licitação da Câmara Municipal de Campo Grande (Convite nº 04/2013), cuja vencedora foi a empresa Campo Grande Instalações Hidráulicas e Elétricas Ltda. EPP que, por sua vez, não teria registro no CREA, item este obrigatório conforme determina o art. 30 da Lei nº 8.666/93.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001176-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Associação Pestalozzi de Aquidauana

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar o motivo pelo qual o estado não efetuou o pagamento dos vencimentos dos funcionários da Associação Pestalozzi de Aquidauana, referente ao mês de dezembro de 2015, uma vez que os mesmos trabalharam no citado período respaldados em uma decisão judicial proferida nos autos nº 0900005-50.2015.8.12.0005, de Ação Civil Pública ajuizada em desfavor do Estado de Mato Grosso do Sul, da qual fora previamente intimado.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000195-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Anônimo

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, praticado pela ex-prefeita municipal de Deodápolis, Maria das Dores de Oliveira Viana e suplentes de vereadores, conforme relatado na manifestação n. 11.2016.00002738-3, enviada pela Ouvidoria MPMS.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000447-3

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: AGEPEN/MS

Assunto: Apurar os fatos que levaram à liberação errônea do sentenciado WAGNER EDSON GUIMARÃES, transferido do Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho para o Centro Penal Agroindustrial da Gameleira no lugar do reeducando WAGNER PEREIRA COLANERI.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000539-4

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Corregedoria da Polícia Civil

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa praticada pelos entes e agentes públicos, quanto à celeuma gerada entre a Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul e o Conselho Tutelar de Campo Grande, quando da apreensão de menor de idade em prática de ato infracional.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000770-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Lorena Maria da Penha Oliveira Nesello, Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da cedência de servidora pública efetiva do Município de Ribas do Rio Pardo ao Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000859-1

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades no transporte escolar no Município de Bandeirantes.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000901-3

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Anônimo

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade praticada pela Prefeitura de Campo Grande consistente no atraso de repasse de verbas públicas às entidades assistenciais.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001401-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual desvio de função dos servidores do município de Bandeirantes/MS em manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual sob o n. 01.2017.00002540-1.

10. Recurso de Notícia de Fato nº 01.2017.00007559-1

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Augusto Rodrigues da Silva

Requerido: Município de Campo Grande -MS

Assunto: análise da viabilidade de se implantar um Parque Linear nas nascentes do Córrego Lajeado, Região Urbana do Bandeira, no Bairro Moreninhas e próximo ao anel viário.

11. Inquérito Civil 06.2016.00001197-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar a regularidade do Instrumento de Chamamento Público nº 002/2016 - Processo Administrativo nº 112/2016, especificamente quanto à origem da dotação orçamentária nele indicada; bem como eventuais irregularidades no cumprimento do Contrato de Gestão nº 279/2016 dele decorrente, celebrado entre o Município de Chapadão do Sul e a AHBB - Associação Hospitalar Beneficente do Brasil, inclusive quanto ao estado de conservação das ambulâncias e às constatações contidas no relatório Trimestral de Prestação de Contas nº 01/2016

12. Inquérito Civil nº 33/2013

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: José Orcírio Miranda dos Santos

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na execução do projeto da barragem de contenção nº 04, situada ao longo do córrego Sóter, praticado, em tese, pela gestão anterior da Administração Pública Municipal.

2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000012-9**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wilton Melo Acosta

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas pelo Sr. W. M. A. no comando da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul - FUNTRAB, como contratações irregulares de comissionados, não pagamento de verbas devidas e prática de nepotismo.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001442-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: João Maria Chagas.

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais nas áreas de preservação permanente e reserva legal no imóvel rural denominado Fazenda Santo Antônio, concernente a pisoteio de gado bovino oriundo de imóvel rural lindeiro.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001472-7

Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia/MS.

Requerente: Nerivaldo Gonçalves da Silva.

Requerido: Edson Stefano Takazono.

Assunto: Apurar eventual dano ao erário do Município de Anaurilândia em razão de aplicação de multas por descumprimento de decisão judicial nos autos n. 055/0007.58.2003.8.12.0022 e n. 055/0005-88.2003.8.12.0022.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 10/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Sul

Assunto: Apurar a ausência de controle formal da carga horária dos servidores públicos no município de Novo Horizonte do Sul.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000462-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa pela servidora pública municipal Fabrícia Moraes Vieira, em virtude do descumprimento de sua carga horária e cumulação indevida de cargos, conforme manifestação nº 11.2016.00000726-5, protocolada junto à Ouvidoria deste Órgão.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000572-4

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Dourados

Assunto: Apurar irregularidade em conserto de veículo oficial.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000786-6

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Henrique Soares

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar irregularidade em licitação.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000354-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Bento Barbosa Junior

Assunto: Apurar dano ambiental no Assentamento Teijin.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000699-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Elder Basso

Assunto: Apurar improbidade administrativa do Presidente do Sindicato SIMTED de Bela Vista, em razão de extravio de documentos.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001066-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Aparecida Leal Martins

Assunto: Apurar dano ambiental na Fazenda Pardal

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001436-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Secretaria Municipal de Educação de Bandeirantes/MS, conforme narrado em manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual sob o n. 11.2017.00002592-3.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001693-6

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar contratação irregular de servidor.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002220-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Antônio Podgornik Zanon

Assunto: Apurar dano ambiental na Fazenda Araras.

11. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00000019-2

Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas em Campo Grande Recorrente: Augusto Rodrigues da Silva

Recorrido: Augusto Rodrigues da Silva

Assunto: Solicitação de providências contra condomínio City Garden Park.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 28/2016

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar a implantação municipal de atendimento socioeducativo e sobre a inclusão de instrumentos de práticas restaurativas nos referidos planos.

2. Inquérito Civil nº 7/2017

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: Apurar possível desvio de função de servidor público (Manifestação nº 11.2016.00005083-0).

3. Inquérito Civil nº 30/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar o descumprimento às exigências do arts. 48, parágrafo único, incisos II e III, e 48 -A, da Lei Complementar 101/2000, da vigência de convênio celebrado entre o Estado e o Município.

4. Inquérito Civil nº 6/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Terenos

Requerentes: Ministério Público Estadual e Zenilson Gomes

Requerido: A apurar

Assunto: Visando averiguar as informações trazidas pelo requerente no que se refere ao suposto ato de desvio de função por parte do Departamento Municipal de Saúde, quanto aos acompanhantes dos motoristas de ambulância no município de Terenos.

5. Inquérito Civil nº 18/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais danos à saúde da população da cidade de Douradina/MS, tendo em vista as inúmeras irregularidades/ilegalidades constatadas nas unidades de saúde municipal pelo COREN/MS e pela Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria vinculada à Secretaria de Estado de Saúde.

6. Inquérito Civil nº 10/2009

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: Apurar irregularidades no Processo Licitatório nº 038/2009.

2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO HELTON FONSECA BERNARDES:**1. Inquérito Civil nº 51/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Mário Cesar Oliveira da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande

Requerida: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar possível responsabilidade pela quebra de contratos por inadimplência do Executivo Municipal no pagamento aos fornecedores e empresas prestadoras de serviço.

2. Inquérito Civil nº 1/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul

Assunto: Fiscalizar a criação e a implementação do Portal da Transparência, bem como o cumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), por parte do município de Nova Alvorada do Sul.

3. Inquérito Civil nº 66/2010

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade ambiental, decorrente das obras de drenagem de água pluvial ocorrida no bairro Estrela Verá, em Dourados, bem como verificar o cumprimento da medida compensatória constante na licença prévia expedida pelo órgão ambiental.

4. Inquérito Civil nº 39/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no prazo mínimo entre a publicação e realização da concorrência pública nº 002/2014, que tem por objetivo contratar uma produtora de TV para transmissão das sessões da Câmara Municipal de Dourados.

5. Inquérito Civil nº 40/2014

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina

Requerente: Andréia Aparecida Santana Pereira

Requerida: Fundação de Serviços de Saúde de Nova Andradina/MS - FUNSAU

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no atendimento médico prestado a Edinaldo Santana Pereira pelo Hospital Regional de Nova Andradina/MS.

6. Procedimento Preparatório nº 1/2017

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Vereador Edivaldo Santos

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar malversação de bens e valores públicos.

7. Inquérito Civil nº 14/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Programa Projovem Urbano para o ano de 2013, desenvolvido nas escolas municipais Lóide Bonfim Andrade e Etalívio Penzo.

8. Inquérito Civil nº 51/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes/MS

Assunto: Apurar possível desvio de função por servidores municipais de Bandeirantes/MS.

9. Inquérito Civil nº 23/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Orivaldo Gazotto

Assunto: Apurar situação jurídico-ambiental do imóvel e adoção de medidas necessárias da área de reserva legal e preservação permanente, com normas ambientais vigentes.

10. Inquérito Civil nº 15/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Régma Walerie Antunes Peixoto

Assunto: Apurar possíveis crimes ambientais que podem estar ocorrendo nas Áreas de Preservação Permanente dos córregos existentes no interior da Fazenda Sossego, localizada na Rodovia 295, Iguatemi/Tacuru.

11. Inquérito Civil nº 1/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar acúmulo ilegal de cargo, existência de professores contratados que não possuem licenciatura plena, ausência de regulamentação acerca do cargo de assistente de atividades educacionais, na Prefeitura de Sidrolândia.

12. Inquérito Civil nº 33/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ex-Prefeito Municipal de Itaporã - Marcos Antônio Pacco

Assunto: Apurar supostas irregularidades na implantação do regime especial de previdência dos servidores públicos de Itaporã (ITAPREV).

13. Inquérito Civil nº 80/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais improbidades administrativas atribuídas à Coordenadoria do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul - CAP-DV/MS.

14. Inquérito Civil nº 116/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades apontadas pelo Relatório nº 02/2007, da Auditoria-Geral do Estado, existentes no Processo Administrativo nº 39/300.061/2005 da FERTEL.

15. Inquérito Civil nº 1/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Guia Lopes da Laguna

Assunto: Apurar eventual desrespeito à Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), bem como não adesão ao Projeto Brasil Transparente da Controladoria-Geral da União.

16. Inquérito Civil nº 22/REM/2013

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Naviraí

Assunto: Apurar a legalidade no pagamento de verba indenizatória relativa ao exercício do mandato de vereadores no âmbito da Câmara Municipal de Naviraí.

17. Inquérito Civil nº 26/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual poluição sonora causada pelo uso de instrumentos sonoros e algazarras, por frequentadores da propriedade particular denominada “Rancho Manjolinho”, os quais estão afetando a saúde da coletividade.

18. Inquérito Civil nº 06.2016.00000037-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Airton de Castro Pereira

Assunto: apurar a ocorrência de atividade ilegal de carvoejamento no lote 1055 (linha Umuarama), do assentamento Teijim, distrito de Nova Casa Verde, em Nova Andradina/MS, por Airton de Castro Pereira.

19. Inquérito Civil nº 06.2016.00000315-9

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na fiscalização de ambulantes pela AGETTRAN com possível esquema ímprobo entre a referida agência e a Associação dos Vendedores Ambulantes de Campo Grande - AVAG.

20. Inquérito Civil nº 06.2016.00000562-4

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por T.O.U.Q., decorrente do uso de assistência judiciária gratuita sem ter direito para tal, eis que percebia a título de remuneração mais de cinco salários mínimos mensais.

21. Inquérito Civil nº 06.2016.00000587-9

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde de Dourados e Hospital Universitário de Dourados/MS.

Assunto: Averiguar a suposta demora para agendar o retorno da consulta com o reumatologista, através do SISREG, solicitado pelo médico do Posto de Saúde do Jardim Santo André em 13.06.2015, sob o nº 87.176.

22. Inquérito Civil nº 06.2016.00000841-0

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar possíveis erros oftalmológicos praticado pela CARAVANA DA SAÚDE em razão da suposta realização de procedimentos cirúrgicos em condições inadequadas

23. Inquérito Civil nº 06.2016.00000926-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar fraudes em procedimentos de licitações, referentes à serviços de borracharia e mecânica, praticadas por funcionários do Município de Camapuã.

24. Inquérito Civil nº 06.2016.00001273-6

Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Concurso Público da Assembleia Legislativa Edital nº 01/2016.

25. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000415-1

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agência Estadual de Empreendimentos - Agesul.

Assunto: Apurar suposta irregularidade na abertura das vagas de engenheiro civil e de arquiteto referente ao processo seletivo simplificado do Edital nº 1/2015 SAD/AGESUL.

26. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000737-0

4ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Auxiliadora

Assunto: Acompanhar a reforma da ala de pediatria do Hospital Auxiliadora, garantindo o atendimento no referido local aos pacientes do SUS.

27. Inquérito Civil nº 06.2017.00000933-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal de Chapadão do Sul em razão de nomeação de cônjuge para ocupar cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, em dissonância com o Enunciado 13 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal e sem a devida qualificação técnica para tal mister

28. Inquérito Civil nº 06.2017.00001188-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara de Vereadores de Itaquiraí

Assunto: Apurar a notícia de eventual prática de ato de improbidade administrativa, consistente na utilização irregular de 02 (duas) diárias pelo Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Itaquiraí/MS nos dias 11 e 12 de Abril de 2017.

29. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001268-4

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: E.G.L.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo servidor E.G.L., diante de cumulação de cargos e remunerações junto à Administração Pública.

30. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001370-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Sidrolândia

Assunto: Investigar possível recebimento irregular de valores, por parte dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Sidrolândia, por conta de diárias pagas a partir de março de 2017, conforme “denúncia” protocolada na Promotoria e anexada às fls. 03-05.

31. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001503-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal ocorrido no Assentamento Estrela, em Jaraguari/MS, conforme narrado

em manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual sob o n. 11.201700002745-4.

32. Inquérito Civil nº 06.2017.00001669-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul.

Assunto: Apurar a notícia de suposto enriquecimento ilícito, em razão do servidor público municipal Fause Walid Salem ter recebido salários integrais sem a devida contraprestação de serviços, em detrimento do município de Naviraí.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 03/CGMP/2018

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, nos meses de março e abril de 2018, cujos procedimentos correccionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
PJ Terenos
PJ Bandeirantes
1ªPJ Corumbá
2ªPJ Corumbá
3ªPJ Corumbá
4ªPJ Corumbá
5ªPJ Corumbá
6ªPJ Corumbá
7ªPJ Corumbá
1ªPJ Miranda
2ªPJ Miranda
1ªPJ Bataguassu
2ªPJ Bataguassu
1ªPJ Nova Andradina
2ªPJ Nova Andradina
3ªPJ Nova Andradina
1ªPJ Ivinhema
2ªPJ Ivinhema

O procedimento correccional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou in loco.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correccionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 9 de fevereiro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

COMISSÃO ELEITORAL**AVISO Nº 002/2018/CE-PGJ**

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DE FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA NO ANO DE 2018, no uso das atribuições previstas no artigo 6º da Resolução nº 11/CPJ/2017, de 23 de novembro de 2017, torna público o nome do Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, único candidato inscrito e habilitado, para concorrer à eleição para a composição da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2018/2020, que será realizada no dia 23 de março de 2018, no período das 9 às 17 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, de conformidade com o Aviso nº 001/2018/CE-PGJ, de 9.1.2018, publicado no DOMP/MS nº 1650, de 10.1.2018.

Campo Grande, 9 de fevereiro de 2018.

MAURI VALENTIM RICCIOTTI
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão Eleitoral em exercício

ESCOLA SUPERIOR**AVISO Nº 020/2018 DOURADOS**

O Presidente da Comissão do I PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DAS PROMOTORIAS DE DOURADOS, homologado por meio do Aviso Nº 001/2016-CEAF-DOURADOS, de 13 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 1418, de 14 de dezembro de 2016, CONVOCA os candidatos aprovados, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

E para que todos tomem ciência, informa a seguir os candidatos convocados, a relação de documentos, a data e o local onde deverão ser entregues.

1.1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE DOURADOS

Os candidatos aprovados, acadêmicos do curso de direito, deverão entregar a documentação na sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS - Telefones (67)3902-2800 – Fax: 3902-2809, dia 1º de fevereiro de 2018, nos horários mencionados no quadro abaixo.

DIREITO - Dourados - Turno do Estágio: Matutino

HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
08h às 11h	MARCELO HENRIQUE VIEIRA BELLINASSO	40
08h às 11h	JÉSSICA VASCAM DE AZEVEDO	41
08h às 11h	BRUNO ROQUE VANDERLEY DA SILVA	42
08h às 11h	JESSÉ ALCANTARA SANTOS	43
08h às 11h	LUCAS LOURENÇO DA SILVA SANTOS	44
08h às 11h	CELSON GOMES DE LIRA JÚNIOR	45
08h às 11h	ALESSANDRA NUNES PACHECO	46

DIREITO - Dourados - Turno do Estágio: Vespertino

HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
13h às 18h	VANESSA DE SOUZA FRANCHI	26
13h às 18h	CAROLINA BRUM NÁGERA	27
13h às 18h	RHANNELE SILVA DE PIERI	28
13h às 18h	BRUNO SIMÕES SOUZA	29
13h às 18h	MATHEUS DE LIMA FELLIX CERVI	30
13h às 18h	RAUL GRIGOLETTI FILHO	31
13h às 18h	PEDRO DA SILVA ALMEIDA	32
13h às 18h	GABRIELA SCHVARCZ PEREIRA	33

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada , emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações) ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Atestado de exame ABO-RH;
8.	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança) ;
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2016-CEAF-DOURADOS, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2.2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até a sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada à rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS.

Campo Grande, 09 de fevereiro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça

EDITAL N.º 014/PJC-2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ, tendo em vista termo de desistência formal da candidata Paolli Cristinni da Silva Ribeiro, bem como decurso do prazo para apresentação dos documentos da candidata Lays Araujo Pereira, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados para apresentação dos documentos necessários ao credenciamento, constantes na Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.07, referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ESTAGIÁRIO, nos termos do Edital nº 001/PJC – 2017, homologado por meio do AVISO Nº 011/CEAF/2017-2017, de 15 de março de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1466, de 16 de março de 2017.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
27º Lugar	Ilma Mendes de Oliveira
28º Lugar	Omar Ahmad Antunes Hamie
29º Lugar	Viviane de Lemos Montenegro

Informa-se aos candidatos convocados a relação de documentos a serem entregues na sede das Promotorias de Justiça de Corumbá/MS, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, Rua América, nº 1.880, Dom Bosco, Centro, Corumbá/MS, conforme Art. 31 § 1º da Resolução n. 015/2010-PGJ, de 27.7.2010 e Anexo II do Edital nº 001/PJC – 2017.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo e o período do estágio/semestre o número de dependências e disciplinas e data prevista para conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução n. 015/2010-PGJ;
6	Declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de cadastro (disponível na Promotoria de Justiça) que deverá ser preenchida e assinada pelo candidato.

Corumbá, 08 de fevereiro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Supervisora das Promotorias de Justiça

EDITAL N.º 008/PJB/2018

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Batayporã-MS, torna pública a CONVOCAÇÃO da candidata Thays Amanda da Silva Seleguim, referente ao Processo de Seleção de Estagiários de Direito do Ministério Público Estadual, objeto do Edital nº 001/2017, em que deverá manifestar-se, apresentando-se na Promotoria de Justiça de Batayporã, no prazo de 02 (dois) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção.

Batayporã/MS, 09 de fevereiro de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES
Promotora de Justiça

AVISO N.º 059/2018

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso N.º 001/CEAF-2017, de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1.560, de 4 de agosto de 2017, DIVULGA, conforme Anexo I do presente Aviso, os locais disponíveis para a escolha de vagas a fim de exercer o estágio, e ainda, CONVOCA os candidatos aprovados Bacharéis em Direito Nível Pós-Graduação nomeados e que apresentaram documentação no prazo estabelecido no aviso n. 024/2017, para audiência pública de escolha de lotação.

Os candidatos convocados deverão comparecer para audiência pública, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos de documento com foto.

No momento da chamada o candidato terá seu nome anunciado, conforme a ordem estabelecida abaixo, por no máximo três vezes, e não se fazendo identificar, será reposicionado para o último lugar na fila de escolha de lotação,

havendo nova tentativa, a título de segunda chamada, anunciando-se o seu nome após concluída a primeira chamada, nesta mesma ocasião.

1) CANDIDATOS DA REGIÃO DE CAMPO GRANDE, que apresentaram documentação no dia 09 de fevereiro de 2018.

CANDIDATO	POSIÇÃO
DIRLENE SILVA SUDÁRIO	156
ÉVERTON JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO	158
SILVIA MARIA DE QUEIROZ MELHADO	159
DALTON DE OLIVEIRA	162
JAKELINE DE FREITAS FERREIRA	163
JÚLIA MOURA SANCHES	164
ISABELA TIEMI BRASSALOTI OTSUBO	165
RICHARD SAYMON SANTOS DURÃES	166

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIA	HORÁRIO	LOCAL
21/02/2018	09h	Auditório do Edifício das Promotorias de Justiça de Campo Grande - 4º andar situado à Rua da Paz nº 134- Centro, Campo Grande – MS.

Campo Grande, 09 de fevereiro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

ANEXO I - AVISO Nº 059/2018

QUADRO DE VAGAS – ESTÁGIO DE PÓS GRADUAÇÃO REGIÃO DE CAMPO GRANDE		
COMARCA	PROCURADORIA/PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULAR PROCURADOR(A) PROMOTOR(A)
	32ª Promotoria de Justiça	
	Atribuições: a) fiscalizar o cumprimento da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, notadamente: 1. a regularidade, necessidade e execução dos convênios e contratos firmados entre o Sistema Único de Saúde – SUS e entidades sem fins lucrativos e filantrópicas, além daquelas entidades de iniciativa privada e profissionais liberais voltados à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como o cumprimento do disposto no artigo 38 da lei supra; 2. as execuções das atividades de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de assistência terapêutica e farmacêutica; 3. a gratuidade e universalidade das ações e serviços de saúde nos setores públicos e privados contratados; b) fiscalizar a formação e o funcionamento dos Comitês e Conselhos de Saúde instituídos no âmbito de Campo Grande, bem como os repasses dos recursos aos Fundos de Saúde do Estado e deste município, e: 1. participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do(s) Conselho(s) do(s) qual(is) for membro e das que reputar necessárias; 2. velar pelo cumprimento das decisões do(s) Conselho(s) de Saúde, fiscalizando a atuação dos gestores de saúde, requisitando os relatórios de gestão e comunicando ao(s) Conselho(s) toda e qualquer irregularidade no âmbito de suas atribuições; 3. proferir palestras, realizar reuniões com a comunidade em geral, com agentes de saúde, e com entidades públicas e privadas com o intuito de esclarecer os direitos dos cidadãos na área da saúde; c) fiscalizar a formação, o funcionamento e a aplicação do Fundo de Saúde do município de Campo Grande, mediante requisições de todas as informações que entender pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde e, acompanhar a transferência de recursos para o financiamento de ações não-previstas nos planos de saúde nos casos excepcionais de calamidade pública e situações emergenciais; d) inspecionar periodicamente a regularidade dos livros e guias de atendimento dos estabelecimentos hospitalares beneficiados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, requisitando, se necessário, as sindicâncias que venham a ser instauradas no âmbito interno dos hospitais ou pelo Conselho Regional de Medicina; e) proceder ao levantamento e à fiscalização dos profissionais, dos plantões médicos, dos equipamentos e materiais das entidades públicas e privadas de atendimento aos pacientes beneficiados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, bem como o efetivo cumprimento da carga horária dos profissionais da área	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan Coadjuvar: Daniela Cristina Guiotti
Campo Grande		

	<p>médica; f) fiscalizar o fornecimento de medicamentos previstos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME e na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUNE, observando a forma de aquisição junto aos fornecedores e, sobretudo, a data de validade e o correto armazenamento. No âmbito dos estabelecimentos farmacêuticos, velar pela exigência da receita médica para aquisição de remédios e presença de farmacêutico em período integral; g) exercer controle das internações psiquiátricas involuntárias e das respectivas altas, na rede de saúde pública e privada de Campo Grande, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001; h) instaurar procedimento de apuração de abandono e/ou maus-tratos a pessoa com doença mental, propondo ação de interdição naqueles casos em que não houver condições de tutela ou curatela por parentes ou cônjuge (art. 1.769 do Código Civil); i) realizar periodicamente inspeções nos serviços prestados à comunidade, na área de saúde mental, por meio das instituições hospitalares, clínicas e instituições similares, públicas e privadas, visando ao fiel cumprimento da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.</p> <p>Endereço: Rua da Paz, 134 - Centro - CEP: 79002-190 Campo Grande - Brasil</p>	
Aquidauana	<p>2ª Promotoria de Justiça <u>Atribuições:</u> nos feitos distribuídos à 2ª Vara Cível, nos feitos e procedimentos referentes à proteção dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso e das pessoas com deficiência, do patrimônio público e social e das fundações, nos feitos ímpares de execução penal distribuídos à Vara Criminal, bem como proceder as visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos.</p> <p>Endereço: Rua Luiz da Costa Gomes, 544 - Vila Cidade Nova - CEP: 79200-000 Aquidauana - Brasil</p>	José Mauricio de Albuquerque
Aquidauana	<p>3ª Promotoria de Justiça <u>Atribuições:</u> nos feitos distribuídos à Vara Criminal, exceto naqueles relativos à execução penal.</p> <p>Endereço: Rua Luiz da Costa Gomes, 544 - Vila Cidade Nova - CEP: 79200-000 Aquidauana - Brasil</p>	Antenor Ferreira de Rezende Neto
Bandeirantes	<p>Promotoria de Justiça <u>Atribuições:</u> nos feitos distribuídos aos respectivos Juízes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</p> <p>Endereço: Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - CEP: 79430-000 Bandeirantes - Brasil</p>	Victor Leonardo de Miranda Taveira
Ribas Do Rio Pardo	<p>Promotoria de Justiça <u>Atribuições:</u> nos feitos distribuídos aos respectivos Juízes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</p> <p>Endereço: Rua Waldemar Franciso da Silva, 1017 - Nossa Senhora da Conceição I - CEP: 79180-000 Ribas do Rio Pardo - Brasil</p>	George Zarour Cezar
Sidrolândia	<p>1ª Promotoria de Justiça <u>Atribuições:</u> nos feitos distribuídos à 1ª Vara, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção da vítima de infração penal, do consumidor, do patrimônio público e social e das fundações.</p> <p>Endereço: Rua Espírito Santo, 1383 - Centro - CEP: 79170-000 Sidrolândia - Brasil</p>	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira
Sidrolândia	<p>2ª Promotoria de Justiça <u>Atribuições:</u> feitos distribuídos à 2ª Vara, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, da infância e da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência.</p> <p>Endereço: Rua Espírito Santo, 1383 - Centro - CEP: 79170-000 Sidrolândia - Brasil</p>	Janeli Basso

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**EDITAL Nº 010/2018/PJ ITAPORÃ**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Itaporã, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009,

CONVOCA o candidato abaixo listado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Itaporã, homologado em 26 de maio de 2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Leonardo Rodrigues da Silva	4º

INDEFERE a admissão como estagiário da candidata abaixo relacionada, aprovada no referido Processo Seletivo, por ter concluído o terceiro ano do ensino médio, conforme prevê o art. 2º, II da Resolução nº 015/2010-PGJ, e o item IX do Edital nº 001/PJ/ITA/2017, publicado no DOMP-MS nº 1466, de 16 de março de 2017:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Karina Ribeiro Neves de Moraes	3º

Itaporã – MS, 9 de fevereiro de 2018.

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS
Promotor de Justiça

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

EDITAL Nº 006/2018/PJCASSILÂNDIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da comarca de Cassilândia, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, torna pública a DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA da vaga de estagiário, do candidato Gabriel Ferreira Tomaz Maia, aprovado em 2º lugar, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionado em último lugar na fila dos aprovados, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Cassilândia,

homologado em 01 de fevereiro de 2018, nos termos do item IX – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2017/PJCASSILÂNDIA.

Cassilândia – MS, 07 de fevereiro de 2018.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 007/2018/PJCASSILÂNDIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da comarca de Cassilândia, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA o candidatos aprovado no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Cassilândia, objeto do Edital nº 001/2017/PJCASSILÂNDIA, de 24 de outubro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1613, de 26 de outubro de 2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Cassilândia.

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
GABRIEL GOMES CARDOSO	3º

Cassilândia – MS, 07 de fevereiro de 2018.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

ANEXO ÚNICO RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 5/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0093/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- LUIZ HENRIQUE BORGES DA SILVA.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Coxim–MS.

Valor estimado mensal: R\$200,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000176, de 12.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 16/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0064/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- LINAURIA DO CARMO OLIVEIRA GARCIA EIRELI - ME, representada por Linauria do Carmo Oliveira.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica – MS.

Valor estimado mensal: R\$150,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000126, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 19/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0090/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- LINAURIA DO CARMO OLIVEIRA GARCIA EIRELI - ME, representada por Linauria do Carmo Oliveira.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica – MS.

Valor estimado mensal: R\$90,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000156, de 12.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 20/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0067/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- PAULO ROBERTO FLORES NOGUEIRA.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Amambai–MS.

Valor estimado mensal: R\$400,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000134, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 34/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0107/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- COXIM GÁS COMÉRCIO LTDA – EPP, representada por Ana Cláudia Bizinotto de Freitas.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20l), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Coxim-MS.

Valor estimado mensal: R\$132,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000219, de 15.01.2018.

Vigência: 18.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 18 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 40/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0135/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- ATACADO DA CASA LTDA. - ME, representada por Alysson Rodovalho Maciel.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão de 20 litros), para atender a Promotoria de Justiça de Rio Verde do Mato Grosso – MS.

Valor estimado mensal: R\$196,00 nos termos da Nota de Empenho 2018E000222, de 15.01.2018.

Vigência: 18.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 18 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 42/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0137/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- VT PARANÁ SUPERMERCADO LTDA, representada por Elizandra Thais Frezarin Rosa Matsumoto.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (20 litros), para atender a Promotoria de Justiça de Costa Rica – MS.

Valor estimado mensal: R\$118,50, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000224, de 15.01.2018.

Vigência: 18.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 18 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 48/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0141/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- FAST PLOT IMPRESSÕES EIRELI – ME, representada por Rogério Franco Ferreira.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de cópias em tamanhos especiais, para atender a Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor mensal estimado: R\$665,80 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000288, de 16.02.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19 de janeiro 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 53/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0084/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- COXIM GÁS COMÉRCIO LTDA – EPP, representada por Ana Cláudia Bizinotto de Freitas.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de gás engarrafado (botijão 13kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Coxim-MS.

Valor estimado mensal: R\$72,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000237, de 15.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 56/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0133/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- JOSE DO CARMO CAMPOS FILHO 17535832172, representada por José do Carmo Campos Filhos.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem, no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Coxim – MS.

Valor estimado mensal: R\$300,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000227, de 15.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018

Data de assinatura: 19 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 64/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0183/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- RUY RODRIGUES PANIAGO representada por Ruy Rodrigues Paniago.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (20 L) para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara-MS.

Valor estimado mensal: R\$48,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000284, de 16.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 66/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/0234/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- VT PARANÁ SUPERMERCADO LTDA, representada por Elizandra Thais Frezarin Rosa Matsumoto.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de gás engarrafado (botijão 13kg), para atender a Promotoria de Justiça de Costa Rica – MS.

Valor estimado mensal: R\$79,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000295, de 17.01.2018.

Vigência: 22.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 78/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0290/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- INES CONCEIÇÃO DA SILVA – ME, representada por Inês Conceição da Silva.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de lavanderia para o Departamento de Serviços Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual.

Recursos: R\$180,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000389, de 24.01.2018.

Vigência: 31.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 31 de janeiro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CORUMBÁ

EDITAL 0019/2018/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00000484-4

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00000484-4, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Requerente: Priscilla Pereira Climaco

Requeridos: Município de Ladário/MS

Assunto: Apurar ilegalidade da contratação temporária de servidores pelo Município de Ladário, em detrimento da nomeação de aprovados em concurso público.

Corumbá/MS, 08 de fevereiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0001/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000841-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigada: Suziane de Almeida Barros

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade urbanística consistente na existência de estabelecimento que comercializa bebidas alcoólicas no Conjunto Residencial Dioclécio Artuzi II, Rua DA 7, n. 2320, possivelmente sem os alvarás necessários para tal atividade.

Dourados, 06 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0002/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000918-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Maktub Lounge Bar LTDA - EPP

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do empreendimento MAKTUB LOUNGE BAR LTDA - EPP.

Dourados, 06 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0003/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001015-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigada: Igreja Comunidade Batista da Paz

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística da Igreja Comunidade Batista da Paz.

Dourados, 06 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0004/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001261-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Residencial Dourados Empreendimentos Imobiliários LTDA

Assunto: Apurar a regularidade do parcelamento do solo realizado pela empresa investigada nos loteamentos Residencial Green Ville I e II, em Dourados/MS, possivelmente integrantes do bioma Mata Atlântica.

Dourados, 06 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0005/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002400-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigados: Juarez Alves Cassemiro, Tuiberto Luiz Azambuja.

Assunto: Apurar regularidade da extração de vegetação nativa, constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", em fazenda objeto do parecer 90/16/Nugeo.

Dourados, 07 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0006/2018/IIPJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002405-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigada: Maria Margarete Alves Azambuja

Assunto: Apurar a regularidade da extração da vegetação nativa, constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", na fazenda Santa Amélia.

Dourados, 07 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0007/2018/IIPJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002406-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigados: Mário Sérgio Picelli, Leodoni Richter

Assunto: Apurar a regularidade da extração de vegetação nativa, constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", na fazenda Piwa.

Dourados, 08 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0008/2018/IIPJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002410-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Rodrigo Chaves da Silva

Assunto: Apurar a regularidade de extração de vegetação nativa, constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", na fazenda Nova da Lagoa Grande - quinhão 02.

Dourados, 08 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0009/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002411-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Wander Ney Alves de Azambuja

Assunto: Apurar a regularidade da extração de vegetação nativa, constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", na Fazenda Barreiro.

Dourados, 08 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0010/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000032-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Rodrigo Adolfo de Velloso Pavel

Assunto: Apurar a regularidade da extração de vegetação nativa, constada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", em fazendas dos Municípios de Dourados/MS e Laguna Caarapã/MS.

Dourados, 08 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0011/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000034-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: José Carlos Chaves

Assunto: Apurar a regularidade da extração de vegetação nativa, constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre" na Fazenda Itaverá II, no município de Laguna Caarapã/MS.

Dourados, 08 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0012/2018/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000527-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Jaime Corrêa

Assunto: Apurar a regularidade da extração de vegetação nativa, constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", na Fazenda São Martin, em Dourados/MS.

Dourados, 08 de fevereiro de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

EDITAL Nº. 06.2017.00001348-3

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº. 06.2017.00001348-3 no Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001348-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Henrique Zochio Fisher

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da prática da infração de perturbação do sossego alheio em virtude da emissão de sons acima dos níveis permitidos pela legislação vigente no estabelecimento denominado Bar da Bruna, localizado nesta urbe.

Três Lagoas - MS, 06 de fevereiro de 2018

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CASSILÂNDIA

EDITAL N. 01/2ªPJ/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Vila Izanópolis.

Inquérito Civil nº. 06.2017.00000600-5

Requerente: Márcio Amador Estevo

Requerido: Município de Cassilândia

Assunto: Apurar eventual irregularidade do loteamento Jardim Moreninhas.

Cassilândia-MS, 08 de fevereiro de 2018.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça.

COXIM

EDITAL Nº 0001/2018/03PJ/CXM.

A 3ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Coxim – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000372-3, o qual se encontra à disposição de quem possa interessar no endereço Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim – MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000372-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar as irregularidades sanitárias, de estrutura e de segurança do Instituto de Medicina e Odontologia Legal de Coxim/MS.

Coxim, 06 de fevereiro de 2018.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça

MARACAJU

EDITAL Nº. 0004/2018/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000475-5.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agostinho Francisco Ludwig

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Rio Branco, localizado neste Município, no que tange à área de reserva legal, preservação permanente e conservação do solo, bem como verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

Maracaju-MS, 07 de fevereiro de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº. 0005/2018/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000473-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Claudio Melo Correa da Costa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Chapada, localizado neste Município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

Maracaju-MS, 08 de fevereiro de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 005/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil 06.2017.00001263-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Bodoquena.

Assunto: Apurar suposta deficiência no quadro de médicos e enfermeiros na Unidade Básica de Saúde Maria Rita Sena.

Miranda/MS, 09/02/2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0001/2018/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Acácias, s/n, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000519-8

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de enriquecimento ilícito dos servidores públicos Rodrigo Gazette de Souza, Ronaldo de Araújo, Marcelo Ricarde, Sidnei Vieira do Carmo, Elis Regina Martins da Silva, e Priscila da Silva Friederichi e de Cícero dos Santos, em detrimento do erário da Câmara Municipal de Vereadores de Naviraí, por meio do recebimento fraudulento de diárias.

Naviraí, 08 de fevereiro de 2018

DANIEL PÍVARO STADNIKY
Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 001/2018/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000505-4.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Agência do Banco do Brasil de Sidrolândia/MS;

Assunto: “Apurar eventual descumprimento das normas de acessibilidade no prédio da agência do Banco do Brasil no município de Sidrolândia/MS”.

Sidrolândia/MS, 08 de fevereiro de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PEDRO GOMES

RECOMENDAÇÃO N. 01/2018**INQUÉRITO CIVIL Nº 027/2016**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo órgão de execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “caput” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, “caput”, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade como corolários ao princípio da eficiência no tocante à destinação de recursos públicos;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 9.784/99, “a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.” (grifos nossos);

CONSIDERANDO que restou apurado que o Município de Pedro Gomes, através de concessão de subvenções sociais iniciadas ao longo das gestões passadas cuja a destinação viola os princípios da legalidade, moralidade, interesse público, entre outros, eis que há notícia de, pelo menos, R\$23.000,00 (vinte e três mil reais) destinados à entidade religiosa com fins festivos;

CONSIDERANDO que além a Constituição Federal proíbe, de maneira explícita, que a União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal subvencione igrejas ou cultos religiosos, ou que manter com esses ou seus representantes relações de dependência ou aliança;

CONSIDERANDO que o Estado brasileiro prega a liberdade religiosa e a laicidade, de modo que deve se abster de privilegiar ou prejudicar qualquer religião em detrimento ou em prol de outra, tem-se que, além de embaraçar o funcionamento de cultos ou entidades religiosas, o Estado, in casu o Município de Pedro Gomes, é vedado de beneficiar, através de subvenções culturais, entidades escolhidas por seus gestores;

CONSIDERANDO que, de acordo com magistério de José Afonso da Silva(51):

“Pontes de Miranda esclareceu bem o sentido das várias prescrições nucleadas nos verbos do dispositivo: (...) Subvencionar cultos religiosos está no sentido de concorrer, com dinheiro ou outros bens da entidade estatal, para que se exerça a atividade religiosa.”

CONSIDERANDO que, além da aplicação de verbas à eventos religiosos, foi realizada a subvenção à eventos de caráter privado, sem resguardo com o interesse público, porquanto foram aplicados R\$9.000,00 (nove mil reais) às comissões de formatura de cursos universitários e tecnólogos.

CONSIDERANDO que o Município de Pedro Gomes possui poucos recursos, o que demanda a aplicação racional e em prol da sociedade em geral, bem como é alvo de grave situação de dificuldade financeira, eis que carente de geração orçamentária significativa;

CONSIDERANDO intenção da Prefeitura Municipal na realização de evento carnavalesco na Praça Pública da cidade, valendo-se, para tanto, de subvenção pública oriunda do Governo Estadual, com a provável complementação de verba do município, conforme documentos em anexo.

CONSIDERANDO que, até o momento, não houve comunicação formal ao Ministério Público e ao Juízo da Infância e Juventude acerca da realização do referido evento.

CONSIDERANDO que a entrada, permanência e participação de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsáveis, dentre outros, em espetáculos públicos, exige, nos termos do artigo 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a elaboração de Portaria do Juízo da Infância e, em casos específicos, a obtenção de Alvará Judicial.

CONSIDERANDO que a Portaria que regulamenta a matéria, na Comarca de Pedro Gomes, foi editada no ano de 2009 – Portaria 40/2009, que o artigo 36 exige, expressamente, a autorização judicial para a realização de eventos do tipo espetáculo público, para a participação de crianças e adolescentes na qualidade de atores, cantores, dançarinos ou modelos e que seu parágrafo único exige que a exposição de criança e adolescente não poderá ocorrer em condições que comprometam sua integridade física, psíquica e moral;

CONSIDERANDO que não cabe a alegação de que referido evento, acaso ocorra na Praça Pública do Município, dispensa a obtenção de alvará judicial do Juízo da Infância e Juventude, posto que eventos de tal natureza contam, de maneira inequívoca, com a presença de crianças e adolescentes como potenciais atores, cantores, dançarinos ou modelos, ainda que por vias indiretas.

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 38, §2º da aludida Portaria, “na hipótese de realização de 'matine' aberta a crianças e adolescentes, é “imprescindível autorização judicial para a realização do evento”.

CONSIDERANDO que o evento carnavalesco, ainda que realizado em Praça Pública, atrai famílias, no intuito de se divertirem, mas também traz potencial situação de risco às crianças e adolescentes.

CONSIDERANDO que são assustadores os índices de crimes cometidos contra crianças e adolescentes ou que tenham o envolvimento dos mesmos nesta Comarca, principalmente os delitos de corrupção de menores, estupro de vulnerável, porte ilegal de armas, furto, roubo e tráfico de drogas, tolhendo-lhes os direitos fundamentais preconizados pelo art. 3º do ECA e que eventos da dimensão como o carnaval, posto que recrudescem a situação acima, e principalmente

quando ocorrem em ambiente aberto ao público em geral, devem ser comunicados às autoridades competentes em prazo razoável, incluindo-se, dentre estas, o Ministério Público e o Juízo da Infância e Juventude.

CONSIDERANDO que o artigo 47 da referida Portaria dispõe que “os requerimentos de alvarás deverão ser distribuídos formalmente perante o cartório distribuidor do Fórum, com prazo mínimo de 10 (dez) dias anteriores ao evento, a fim de viabilizar o trâmite procedimental”.

CONSIDERANDO que este Órgão de Execução possui alguns procedimentos extrajudiciais instaurados com o intuito de investigar reclamações consistentes na insuficiência do serviço público municipal nas áreas da saúde, transporte e educação, citando-se dentre eles o Inquérito Civil nº 01/2016, que apura a insuficiência de serviços públicos da saúde, o Inquérito Civil 12/2015, acerca de irregularidades no transporte escolar, o Inquérito Civil nº 01/2015, instaurado para apurar a situação da malha asfáltica do município, além do inquérito civil instaurado para apurar a inobservância do piso nacional do magistério escolar, fruto, inclusive, de recente recomendação por parte do Ministério Público desta Comarca.

CONSIDERANDO que, antes de efetuar qualquer promoção cultural, o Ente Público deve, à luz do princípio constitucional da ponderação, comprovar a aplicação do mínimo constitucional das áreas da saúde e educação, bem como demonstrar o cumprimento dos demais direitos sociais, preconizados no art. 6º da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que o custeio de eventos geradores de fluxo turístico só pode ser feito após análise criteriosa, pautada na proporcionalidade e razoabilidade, da relação custo/benefícios advindos ao setor turístico e a toda coletividade, de maneira a garantir a observância ao princípio da economicidade

CONSIDERANDO que não se mostra razoável aceitar-se que o município obteve subvenção estadual para festa carnavalesca, mas deixou de efetuar o mesmo empenho para o atendimento de outras áreas prioritárias, como educação, saúde e transporte.

CONSIDERANDO informações extraídas do site oportalanews.com, indicando que "a Prefeitura irá entrar com outra contrapartida", revelando que, além de eventual subvenção, o evento será custeado também com recursos dos cofres municipais;

CONSIDERANDO que os prejuízos à execução dos serviços públicos essenciais, aos investimentos e ao desenvolvimento municipal decorrentes da situação de grave crise poderiam ser reduzidos ante a aplicação consciente do gestor público, ao priorizar áreas afetas à coletividade e não a pequenos grupos, o que constitui inadequação com a realização da finalidade pública, e com os princípios que regem a administração pública;

CONSIDERANDO que é público e notório que a grande maioria das vias públicas pavimentadas com lama asfáltica, localizadas na zona urbana do Município de Pedro Gomes, está tomada por uma quantidade significativa de buracos, o que demanda imediata intervenção do poder público municipal no recapeamento destas vias para restabelecer as condições de trafegabilidade pelas ruas desta cidade;

CONSIDERANDO que o Município, enquanto ente da federação, deve trabalhar sempre com o objetivo de servir à dignidade da pessoa humana, sobretudo velando pela priorização de grupos vulneráveis, como as crianças e adolescentes, os idosos, os doentes, desempregados e marginalizados, combatendo toda forma de exploração, convivência e propensão ao esfacelamento do tecido social, defendendo os direitos humanos através do investimento em áreas prioritárias como saúde, educação e mobilidade urbana;

CONSIDERANDO o alto valor de todos os gastos noticiados, assim como a temeridade repetição de tais aplicações a despeito da situação vivenciada pelo município, os quais se revelam incompatíveis com a situação de crise financeira vivenciada pelos cofres públicos municipais, constituindo assim nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, diante da ausência de recursos financeiros para garantir a prestação com qualidade de serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO que o repasse de dinheiro público a realização de festividades religiosas, carnavalescas ou acadêmicas não configura interesse público primário, mas mero interesse governamental, nem sempre identificado com o interesse da sociedade, de modo a aplicar dinheiro público em atividade NÃO ESSENCIAL, infringindo, portanto, o princípio da moralidade;

CONSIDERANDO que os recursos públicos destinam-se a fundamentar atividades públicas que visem resguardar os princípios da dignidade humana e da moralidade pública, ou quando forem consideradas essenciais à satisfação das necessidades primárias da coletividade;

CONSIDERANDO que uma boa Administração deve priorizar projetos que visem à erradicação da drogadição e da exploração sexual infanto-juvenil, a pobreza e a marginalização, bem como fomentar a política pública de saúde e educação, e ainda oferecer condições adequadas de deslocamento urbano e o pleno exercício de atividades administrativas, antes de efetuar gastos de recursos públicos em atividades que poderiam ser patrocinadas pela iniciativa privada;

CONSIDERANDO que para Lúcia Valle Figueiredo¹, “a razoabilidade se legará à consequência lógica entre as situações postas e as decisões administrativas, vai se atrelar às necessidades da coletividade, à legitimidade, à economicidade, à eficiência.”;

CONSIDERANDO que na lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro² “(...) princípio da razoabilidade, entre outras coisas, exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a Administração e os fins que ela tem que alcançar. E essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto. Com efeito, embora a norma legal deixe um espaço livre para decisão administrativa, segundo critérios de oportunidade e conveniência, essa liberdade às vezes se reduz no caso concreto, onde os fatos podem apontar para o administrador a melhor solução (cf. Celso Antônio Bandeira de Mello, in RDP 65/27). Se a decisão é manifestamente inadequada para alcançar a finalidade legal, a Administração terá exorbitado dos limites da discricionariedade e o Poder Judiciário poderá corrigir a ilegalidade.”;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve atender ao princípio da economicidade, que consiste em promover os resultados pretendidos com o menor custo possível, conforme disposto no artigo 70, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve adotar medidas que visem atender ao interesse da coletividade, o que passa pela responsabilidade quanto aos gastos públicos;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 10, inciso X, da Lei n.º 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres dos entes públicos, notadamente agir de forma negligente no tocante à conservação e aplicação do patrimônio público;

CONSIDERANDO que conforme previsão do artigo 11, da Lei n.º 8.429/92, a inobservância dos princípios da administração pública constitui ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8429/92, todo aquele que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade administrativa, responde pela prática do mesmo, ainda que no curso de processo legislativo municipal;

RESOLVE, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 15 da Resolução n.º 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR:

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Pedro Gomes/MS, que se abstenha da prática de atos administrativos, de qualquer natureza, quer aqueles relacionados ao processo legislativo, quer aqueles relacionados à pactuação de convênios, que visem a destinação de recursos públicos, ainda que originários de subvenções de qualquer natureza, à realização de festividades religiosas, carnavalescas ou acadêmicas que não resguardecam relação ao interesse

¹ Figueiredo, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 48. Apud Garcia, Emerson. Discricionariedade administrativa. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, p. 113.

² Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, 27ª Ed. P.81.

público geral, diante das razões acima expostas, visando atender aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade e interesse público;

Em atenção ao princípio da publicidade, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário oficial do Ministério Público:

Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;

À Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;

Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, para ciência;

Ao Presidente da Câmara Municipal de Pedro Gomes para conhecimento e divulgação entre seus pares;

ao Juízo da Infância e Juventude de Pedro Gomes;

Ao Conselho Tutelar, à Polícia Civil, e à Polícia Militar de Pedro Gomes, requisitando a estes, ainda, que encaminhem, em cinco dias, informações a respeito da eventual realização de evento carnavalesco patrocinado pela municipalidade em Pedro Gomes, bem como, em caso positivo, cópias das ocorrências verificadas, para fins de apuração de eventual responsabilidade pelo não cumprimento da recomendação ora expedida.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que o destinatário desta recomendação informe por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, encaminhando-se a documentação comprobatória das alegações.

Pedro Gomes/MS, 08 de fevereiro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça Substituto em Substituição Legal

RIO NEGRO

EDITAL N.º 04/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00000249-0, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00000249-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Celso Pires Martins.

Assunto: apurar dano ambiental na Fazenda Estância João de Barro, situada no Município de Rio Negro, decorrente de desmatamento ilegal, sem autorização do órgão ambiental competente.

Rio Negro, 8 de fevereiro de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 05/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00000521-0, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00000521-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara de Vereadores de Rio Negro.

Assunto: apurar possíveis irregularidades no pagamento de diárias a vereadores do Município de Rio Negro no ano de 2017.

Rio Negro, 9 de fevereiro de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS
Promotor de Justiça

SONORA

INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2018.00000508-7

RECOMENDAÇÃO n. 02/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo órgão de execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “caput” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, “caput”, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade como corolários ao princípio da eficiência no tocante à destinação de recursos públicos;

CONSIDERANDO que “o Princípio da Moralidade traduz o raciocínio de que a Administração Pública não deve somente obedecer e estar em conformidade com a lei, mas em suas atividades, no seu agir, trilhar nas sendas do que é justo, honesto e probo”³;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei n.º 9.784/99, “a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.” (grifos nossos);

³ MARTINS, Fernando Rodrigues. Controle do Patrimônio Público. 5ª. ed. rev. atual e ampl. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 159.

CONSIDERANDO a intenção da Prefeitura Municipal de Sonora na realização de evento carnavalesco no Balneário Pôr-do-sol nesta cidade, valendo-se, para tanto, de subvenção pública oriunda do Governo Estadual, com a provável complementação de verba do município, conforme documentos em anexo.

CONSIDERANDO que, até o momento, não houve comunicação formal ao Ministério Público e ao Juízo da Infância e Juventude acerca da realização do referido evento.

CONSIDERANDO que a entrada, permanência e participação de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsáveis, dentre outros, em espetáculos públicos, exige, nos termos do artigo 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a elaboração de Portaria do Juízo da Infância e, em casos específicos, a obtenção de Alvará Judicial.

CONSIDERANDO que a Portaria que regulamenta a matéria, na Comarca de Sonora, foi editada no ano de 2009 – Portaria 001/2009, que o artigo 7º exige, expressamente, a autorização judicial para a realização de eventos do tipo bailes carnavalescos, para a participação de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que não cabe a alegação de que referido evento, acaso ocorra no Balneário Municipal, dispensa a obtenção de alvará judicial do Juízo da Infância e Juventude, posto que eventos de tal natureza contam, de maneira inequívoca, com a presença de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 9º, parágrafo único da aludida Portaria, as matinês (que contam com a presença de crianças e adolescentes) deverão encerrar-se até as 19hs, e que a informação contida no "fôlder" publicado na rede social Facebook do Exmo. Sr. Prefeito, a previsão de término é para as 22hs;

CONSIDERANDO que o evento carnavalesco, ainda que realizado em local público aberto, atrai famílias, no intuito de se divertirem, mas também traz potencial situação de risco às crianças e adolescentes, até porque o local de realização trata-se de lago com profundidade consideravelmente alta, onde há fundado receio de acidentes aquáticos e até afogamentos, eis que também será realizado "Encontro de JetSki";

CONSIDERANDO que são assustadores os índices de crimes cometidos contra crianças e adolescentes ou que tenham o envolvimento dos mesmos nesta Comarca, principalmente os delitos de corrupção de menores, estupro de vulnerável, porte ilegal de armas, furto, roubo e tráfico de drogas, tolhendo-lhes os direitos fundamentais preconizados pelo art. 3º do ECA e que eventos da dimensão como o carnaval, posto que recrudescem a situação acima, e principalmente quando ocorrem em ambiente aberto ao público em geral, devem ser comunicados às autoridades competentes em prazo razoável, incluindo-se, dentre estas, o Ministério Público e o Juízo da Infância e Juventude.

CONSIDERANDO que o artigo 34 da referida Portaria dispõe que “os requerimentos de alvarás deverão ser distribuídos formalmente perante o cartório distribuidor do Fórum, com prazo mínimo de 10 (dez) dias anteriores ao evento, a fim de viabilizar o trâmite procedimental”.

CONSIDERANDO que este Órgão de Execução possui alguns procedimentos extrajudiciais instaurados com o intuito de investigar reclamações consistentes na insuficiência do serviço público municipal nas áreas da saúde, transporte e educação, citando-se dentre eles o Inquérito Civil nº 06.2015.00000374-4, que apura a insuficiência de serviços públicos da saúde, o Inquérito Civil 06.2015.0000343-3, acerca de irregularidades no transporte escolar rural, sendo que foi recentemente expedida recomendação ao ente público, e o Inquérito Civil nº 06.2016.00001170-4, instaurado para apurar a falta de atendimento pelo Município de Sonora/MS em creche e Pré-escola às crianças de 0 a 5 anos.

CONSIDERANDO que, antes de efetuar qualquer promoção cultural, o Ente Público deve, à luz do princípio constitucional da ponderação, comprovar a aplicação do mínimo constitucional das áreas da saúde e educação, bem como demonstrar o cumprimento dos demais direitos sociais, preconizados no art. 6º da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que o custeio de eventos geradores de fluxo turístico só pode ser feito após análise criteriosa, pautada na proporcionalidade e razoabilidade, da relação custo/benefícios advindos ao setor turístico e a toda coletividade, de maneira a garantir a observância ao princípio da economicidade

CONSIDERANDO que não se mostra razoável aceitar-se que o município obteve subvenção estadual para festa carnavalesca, mas deixou de efetuar o mesmo empenho para o atendimento de outras áreas prioritárias, como educação, saúde e transporte.

CONSIDERANDO que os prejuízos à execução dos serviços públicos essenciais, aos investimentos e ao desenvolvimento municipal decorrentes da situação de grave crise poderiam ser reduzidos ante a aplicação consciente do gestor público, ao priorizar áreas afetas à coletividade e não a pequenos grupos, o que constitui inadequação com a realização da finalidade pública, e com os princípios que regem a administração pública;

CONSIDERANDO que recentemente aportou nesta Promotoria de Justiça pedido de providência oriunda da Casa de Recuperação Salva Vidas, na cidade de Serranópolis/GO onde encontram-se internados diversos adolescentes desta Comarca, para tratamento de drogadição, informando a inadimplência do Município desde o mês de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que o Município, enquanto ente da federação, deve trabalhar sempre com o objetivo de servir à dignidade da pessoa humana, sobretudo velando pela priorização de grupos vulneráveis, como as crianças e adolescentes, os idosos, os doentes, desempregados e marginalizados, combatendo toda forma de exploração, convivência e propensão ao esfacelamento do tecido social, defendendo os direitos humanos através do investimento em áreas prioritárias como saúde, educação e mobilidade urbana;

CONSIDERANDO o alto valor de todos os gastos noticiados, assim como a temeridade repetição de tais aplicações a despeito da situação vivenciada pelo município, os quais se revelam incompatíveis com a situação de crise financeira vivenciada pelos cofres públicos municipais, constituindo assim nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, diante da ausência de recursos financeiros para garantir a prestação com qualidade de serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO que o repasse de dinheiro público a realização de festividades carnavalescas não configura interesse público primário, mas mero interesse governamental, nem sempre identificado com o interesse da sociedade, de modo a aplicar dinheiro público em atividade NÃO ESSENCIAL, infringindo, portanto, o princípio da moralidade;

CONSIDERANDO que os recursos públicos destinam-se a fundamentar atividades públicas que visem resguardar os princípios da dignidade humana e da moralidade pública, ou quando forem consideradas essenciais à satisfação das necessidades primárias da coletividade;

CONSIDERANDO que uma boa Administração deve priorizar projetos que visem à erradicação da drogadição e da exploração sexual infanto-juvenil, a pobreza e a marginalização, bem como fomentar a política pública de saúde e educação, e ainda oferecer condições adequadas de deslocamento urbano e o pleno exercício de atividades administrativas, antes de efetuar gastos de recursos públicos em atividades que poderiam ser patrocinadas pela iniciativa privada;

CONSIDERANDO que para Lúcia Valle Figueiredo⁴, “a razoabilidade se legará à consequência lógica entre as situações postas e as decisões administrativas, vai se atrelar às necessidades da coletividade, à legitimidade, à economicidade, à eficiência.”;

CONSIDERANDO que na lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro⁵ “(...) princípio da razoabilidade, entre outras coisas, exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a Administração e os fins que ela tem que alcançar. E essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto. Com efeito, embora a norma legal deixe um espaço livre para decisão administrativa, segundo critérios de oportunidade e conveniência, essa liberdade às vezes se reduz no caso concreto, onde os fatos podem apontar para o administrador a melhor solução (cf. Celso Antônio Bandeira de Mello, in RDP 65/27). Se a decisão é manifestamente inadequada para alcançar a finalidade legal, a Administração terá exorbitado dos limites da discricionariedade e o Poder Judiciário poderá corrigir a ilegalidade.”;

⁴ Figueiredo, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 48. Apud Garcia, Emerson. Discricionariedade administrativa. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, p. 113.

⁵ Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, 27ª Ed. P.81.

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve atender ao princípio da economicidade, que consiste em promover os resultados pretendidos com o menor custo possível, conforme disposto no artigo 70, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve adotar medidas que visem atender ao interesse da coletividade, o que passa pela responsabilidade quanto aos gastos públicos;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 10, inciso X, da Lei n.º 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres dos entes públicos, notadamente agir de forma negligente no tocante à conservação e aplicação do patrimônio público;

CONSIDERANDO que conforme previsão do artigo 11, da Lei n.º 8.429/92, a inobservância dos princípios da administração pública constitui ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8429/92, todo aquele que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade administrativa, responde pela prática do mesmo, ainda que no curso de processo legislativo municipal;

RESOLVE, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 15 da Resolução n.º 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR:

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Sonora/MS, que se abstenha da prática de atos administrativos, de qualquer natureza, quer aqueles relacionados ao processo legislativo, quer aqueles relacionados à pactuação de convênios, que visem a destinação de recursos públicos, ainda que originários de subvenções de qualquer natureza, à realização de festividades carnavalescas, religiosas, ou quaisquer outras que não resguardecem relação ao interesse público geral, diante das razões acima expostas, visando atender aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade e interesse público;

Em atenção ao princípio da publicidade, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário oficial do Ministério Público:

Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;

À Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;

Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, para ciência;

Ao Presidente da Câmara Municipal de Sonora para conhecimento e divulgação entre seus pares;

Ao Conselho Tutelar, à Polícia Civil, à Polícia Militar e ao Juízo da Infância e Juventude de Sonora, requisitando a estes, ainda, que encaminhem, em cinco dias, informações a respeito da eventual realização de evento carnavalesco patrocinado pela municipalidade em Sonora, bem como, em caso positivo, cópias das ocorrências verificadas, para fins de apuração, por parte deste Órgão Ministerial, de eventual responsabilidade pelo não cumprimento da recomendação ora expedida.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que o destinatário desta recomendação informe por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas.

Sonora/MS, 08 de fevereiro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça Substituto